



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

**- ATA -  
REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES JUDICIAIS  
RELEVANTES AOS RPPS - COPAJURE**

**Dia: 12 de Agosto de 2016**

**Palmas – TO**

## MINISTÉRIO DA FAZENDA

### Ata da Reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento de Ações Judiciais Relevantes aos RPPS – COPAJURE

**Dia:** 12/08/2016

**Hora:** 13h30min

**Local:** Auditório do Hotel Girassol Plaza – Quadra 101 Norte – Rua NS A – Centro – Palmas – Tocantins.

1 Aos doze dias do mês de agosto do ano de 2016, às treze horas e trinta minutos, na cidade  
2 de Palmas/Tocantins, realizou-se a Reunião da Comissão Permanente de Acompanhamento  
3 de Ações Judiciais Relevantes aos RPPS – COPAJURE. Fizeram-se presentes: Naron  
4 Gutierre Nogueira (SPPS/MF); Gustavo Henrique Catisane Diniz (SGCT/AGU); Iza Amélia  
5 de Castro Albuquerque (Município de Manaus); José Roberto de Moraes (SPPREV); Milena  
6 Guilherme Dias Barcelos (Goiásprev); Nei Fernando Marques Brum (RS); Raquel Galvão  
7 Rodrigues da Silva (IPREV/DF); Heliomar Santos (ANEPREM); Fernando Zanelli (SPPREV);  
8 Adler Anaximandro de Cruz e Alves (Presidente – Instituto de Previdência dos Servidores do  
9 Distrito Federal – IPREV/DF); Silvana do Socorro Machado Rodrigues (Coordenadora de  
10 Diálogo Social – Secretaria de Políticas de Previdência Social). A reunião esteve sob a  
11 coordenação do Sr. Naron Gutierre Nogueira (SPPS/MF), este após saudar os presentes,  
12 informou que a Coordenadora desta Comissão, a Sra. Majoly Aline dos Anjos Hardy  
13 (Município de Curitiba) não se faria presente, pois teve que retornar a Curitiba nessa manhã.  
14 Informou ainda, que a vice – coordenadora da Comissão, a Sra. Talita França (SPPREV)  
15 não participaria dessa reunião. Feito esses informes, ele solicitou aos integrantes que  
16 fizessem uma breve apresentação. A seguir, o Sr. Naron Gutierre Nogueira (SPPS/MF) fez  
17 uma breve retrospectiva das ações já feitas na esfera dessa Comissão. Sugeriu aos  
18 membros a possibilidade de elaborar nessa oportunidade duas alterações pontuais no  
19 Regimento Interno da Comissão, logo, ele iria dar ideias do conteúdo, e após consenso, o  
20 mesmo seria encaminhado para apreciação na próxima reunião do CONAPREV, uma vez  
21 que é competência desse Conselho aprovar as ações desenvolvidas no âmbito desta  
22 Comissão. Ele disse que a Sra. Majoly Hardy (Município de Curitiba) havia deixado como

23 sugestão que o Sr. Nei Fernando Marques Brum (RS) expusesse a questão da Câmara  
24 Técnica, como ela funciona, objetivando reforçar a importância da aproximação, das  
25 unidades gestoras com as suas respectivas Procuradorias. Com a palavra, o Sr. Nei  
26 Fernando Marques Brum (RS) informou que está em andamento no Colégio Nacional de  
27 Procuradores-Gerais do Distrito Federal a constituição de uma pessoa jurídica, a partir da  
28 colaboração pecuniária dos Estados respectivos, de se manter uma estrutura que possibilite  
29 uma Câmara Técnica de efetivamente trabalhar estruturadamente, ressaltando que a  
30 Procuradoria Geral do Distrito Federal já está acolhendo as reuniões da citada Câmara. Ele  
31 disse que o Dr. Ulisses (MS), presidente da Câmara Técnica, tem se empenhado, pois  
32 pessoalmente ele protocola petições, e mantém os sistemas de dados. Ele também se  
33 comprometeu em enviar um Ofício para a COPAJURE nomeando-o e, assim, ter respaldo  
34 nas atuações, enquanto Câmara Técnica no atendimento ao Colégio Nacional de  
35 Procuradores Gerais. O Sr. Adler Anaximandro de Cruz e Alves (IPREV/DF) disse ser  
36 importante ter um alinhamento e aproximação da Câmara Técnica com essa comissão, pois  
37 permitirá acompanhar as mudanças que estão sendo propostas, bem como a linha de  
38 defesa, quando elas se apresentarem contraditórias, e excludentes. O Gustavo Henrique  
39 Catisane Diniz (SGCT/AGU) foi favorável a manter uma aproximação da AGU com a  
40 Câmara Técnica, pois assim, possibilitará ter controle concentrado da manifestação do  
41 Advogado-Geral, em todas as outras ações, e ainda, é preciso somar forças, e construir  
42 teses conjuntas, além disso, ele destacou que as experiências de atuação conjunta com os  
43 Estados, sempre foram exitosas. Em seguida, o Sr. José Roberto de Moraes (SPPREV)  
44 disse que tem procurado divulgar a COPAJURE, as ações que ela vem desempenhando  
45 junto aos Estados. **Em seguida, o Sr. Naron Gutierre Nogueira (SPPS/MF) procedeu à**  
46 **leitura do que precisa ser deliberado nessa reunião, a saber: i) Reiterar a necessidade dos**  
47 **Conselheiros comunicarem-se com as PGE's; ii) Reiterar comunicação, por escrito, aos**  
48 **Conselheiros, e iii) Relacionar necessidades urgentes das PGE's + União.** Concluída a  
49 leitura, solicitou a palavra, o Sr. Nei Fernando Marques Brum (RS), momento em que se  
50 colocou a disposição para quaisquer assuntos que os membros dessa Comissão precisar  
51 que sejam pautados na Câmara Técnica. O Sr. Naron Gutierre Nogueira (SPPS/MF) disse  
52 ser imprescindível essa Comissão ter grupo via whatsapp, a fim de facilitar a comunicação,  
53 bem como ter a lista atualizada de e-mails. A seguir, ele questionou os membros da  
54 Comissão se estavam de acordo com a elaboração do ofício síntese da COPAJURE para o  
55 envio as Associações que trabalham com municípios e PGM's? **Disse ainda, ser**  
56 **indispensável à criação de nova relação de Ações prioritárias de acordo com as maiores**  
57 **demandas dos entes federativos, pois é preciso dar visibilidade ao trabalho dessa Comissão,**  
58 **além disso, ele sugeriu que os membros se cadastrem no PUSH.** Por fim, ele abordou a  
59 questão do apoio das Associações, convocando a participação das PGE's por meio dos

60 gestores dos RPPS, por exemplo, realizar evento específico para procuradores. Sobre esse  
61 item, o Sr. Nei Fernando Marques Brum (RS) alertou ser necessário pensar com  
62 profundidade, uma vez que as associações envolvem questões corporativas, porém a sua  
63 Associação, no Estado do Rio Grande do Sul, ela integra um conjunto de Associações, em  
64 defesa da Previdência, assim sendo, ele não vê dificuldades em fazer essa inserção.  
65 Manifestaram-se ainda: José Roberto de Moraes (SPPREV); Gustavo Henrique Catisane  
66 Diniz (SGCT/AGU); Milena Guilherme Dias Barcelos (GOIASPREV); Iza Amélia de Castro  
67 Albuquerque (MANAUSPREV); Heliomar Santos (ANEPREM). Os assuntos abordados no  
68 debate foram sobre: Os Centros de Estudos das PGE'S; Núcleo Previdenciário dentro da  
69 Procuradoria do Distrito Federal; Procuradoria Especializada Previdenciária no Rio Grande  
70 do Sul; diálogo com os prefeitos e governadores de Manaus e Goiás além da Folha de  
71 Pagamento qual é a maior despesa que eles tem? Criação de um painel no Congresso da  
72 ANEPREM, no mês de novembro que aborde a questão dos assuntos da COPAJURE, das  
73 ações com os Procuradores, com os representantes dos órgãos da AGU, da PGE.  
74 ENCAMINHAMENTOS: Ficou designado que a Sra. Majoly Hardy (Município de Curitiba) e o  
75 Sr. José Roberto de Moraes (SPPREV) seriam os responsáveis pela proposição do painel  
76 no Congresso da ANEPREM. Retomando a palavra, o Sr. Naron Gutierre Nogueira  
77 (SPPS/MF) reforçou a questão do trabalho dos Conselheiros, com as suas respectivas  
78 Procuradorias. A seguir, ele falou da solicitação da Sra. Majoly Hardy (Município de Curitiba)  
79 de pedir autorização a essa Comissão para que ela possa fazer uma fala no Congresso da  
80 Associação Nacional dos Procuradores Municipais em Maceió/AL, nos dias 14 e 15 de  
81 novembro de 2016. O tema a ser abordado será "A importância e o impacto das ações  
82 judiciais". Em seguida, o Sr. Naron Gutierre Nogueira (SPPS/MF) propôs de fazer uma  
83 análise no Regimento, uma vez que no mês de dezembro deverá ser feita a renovação dos  
84 membros desta Comissão para o ano de 2017. Ele disse que como a consultoria jurídica  
85 fora dissolvida na reforma ministerial há necessidade de incorporar nessa comissão a PGFN,  
86 que fará o papel de Consultoria Jurídica nessa Comissão. Outrossim, é preciso definir o  
87 artigo 11 que diz: "As reuniões ordinárias da COPAJURE serão realizadas preferencialmente  
88 no local e na tarde à véspera ou no segundo dia das reuniões do CONAPREV, entre as  
89 14h00min e 18h00min horas", em sua opinião, não necessariamente toda reunião do  
90 CONAPREV tem que ter na sequência, uma reunião presencial dos membros da  
91 COPAJURE, assim sendo, ele sugere fazer a dinâmica dos trabalhos da Comissão, ou seja,  
92 troca de informações à distância, sem a necessidade de ter essa reunião obrigatoriamente  
93 em todas as reuniões do CONAPREV. Colocou em apreciação a sugestão dada por ele,  
94 logo, Artigo 11 deve indicar: "*Os trabalhos da Comissão vão ser desenvolvidos por contatos  
95 feito à distância entre os membros, podendo ser também por áudio ou videoconferência, e  
96 quando necessário, juntamente, na sequência das reuniões do CONAPREV,*

97 *presencialmente*”, sugestão acatada por todos. Em seguida, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira  
98 (SPPS/MF) recomendou ampliar o artigo 3º que propõe: Compete à COPAJURE a atuação  
99 perante o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores, mediante ações conjuntas  
100 com entidades que atuam na defesa judicial dos interesses dos RPPS, visando à promoção  
101 de esclarecimentos, encaminhamento de documentação, apresentação de informações e  
102 argumentos jurídicos, financeiros e atuariais, dentre outros, aos Ministros e a seus  
103 assessores, e o *parágrafo único*: “A atuação da COPAJURE terá como objetivo principal as  
104 ações judiciais que tramitam nos respectivos Tribunais, cujo objeto de discussão seja  
105 matéria de interesse do conjunto dos RPPS, em especial aquelas cuja decisão tenha reflexo  
106 mais expressivo no seu equilíbrio financeiro e atuarial, embora esse parágrafo fale da ação  
107 principal como objetivo, acaba restringindo muito a questão das ações dos Tribunais  
108 Superiores, assim sendo, ele sugere a possibilidade de a COPAJURE ter uma atuação de  
109 buscar a troca de informações entre os seus membros e entre os membros do CONAPREV.  
110 Em relação a ações que estão na primeira instância, nos Tribunais de Justiça, e que  
111 também ela possa buscar, ver quais são as ações de maior incidência; quais são as teses  
112 principais para atuar em relação a essas ações, e promover essa troca de informações entre  
113 os seus membros e o CONAPREV. Os membros da Comissão foram favoráveis a alteração  
114 sugerida, desde que fique explícita a ação de comunicar, acompanhar; e monitorar. O Sr.  
115 Narlon Gutierre Nogueira (SPPS/MF) sugeriu construir um texto, circular via e-mail, como  
116 também, verificar a questão da PGFN, adaptações que terão que ser construídas em  
117 relação ao Ministério da Previdência. Em relação à questão das reuniões, a Comissão  
118 deverá fazer a proposta textual, circular, e trazer para a próxima reunião do CONAPREV. **O**  
119 **Sr. Nei Fernando Marques Brum (RS) deu o seguinte informe: “Quero levar esse tema**  
120 **também na reunião da Câmara Técnica, eu não sei se existem nos demais entes federativos**  
121 **esse problema, mas o nosso Governador lá nos instou a Procuradoria-Geral a ingressar**  
122 **com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra uma Lei aprovada na Assembleia**  
123 **Legislativa de iniciativa do Poder Judiciário de aumento de majoração de subsídios, com um**  
124 **artigo que estende essa majoração aos inativos e pensionistas. Então, a autarquia**  
125 **previdenciária, ela achou que não teria suporte econômico para manter esse pagamento e**  
126 **pediu ao Governador, e o Governador nos incumbiu de ajuizar uma Ação Direta de**  
127 **Inconstitucionalidade”. A seguir, o debate ocorreu em torno do orçamento do estado, isto é,**  
128 **do limite do orçamento do Poder Judiciário; PLP 257 como alteração da LRF, que deixa**  
129 **clara a responsabilidade dos Poderes, em relação às obrigações de pessoal e**  
130 **previdenciárias no cômputo dos seus limites de gastos; ações que precisam ser trabalhadas**  
131 **com ação; cálculo individual, atuarial; equilíbrio financeiro atuarial.** Concluído o debate, o Sr.  
132 Narlon Gutierre Nogueira (SPPS/MF) recapitulou os encaminhamentos dados, quais sejam:  
133 Criação do grupo via whatsapp para essa Comissão; Providenciar a lista dos e-mails para

134 ser compartilhada; Painel da COPAJURE na reunião do CONAPREV no mês de dezembro;  
135 o Sr. Nei Fernando Marques Brum (RS) ficou com a incumbência de convidar o senhor  
136 Ulisses para participar da próxima reunião dessa Comissão; participação da COPAJURE no  
137 Congresso da ANEPREM, a secretaria Silvana do Socorro Machado Rodrigues  
138 (Coordenadora de Diálogo Social – Secretaria de Políticas de Previdência Social) verificará  
139 a logística com o Sr. Heliomar Santos (ANEPREM); o Sr. Gustavo Henrique Catisane Diniz  
140 (SGCT/AGU) irá verificar a questão da ADI 5039; as alterações no Regimento da Comissão  
141 serão listadas, e o texto será encaminhado a todos os membros; registre-se que todas as  
142 ações encaminhadas deverão ser feitas em parceria com a Sra. Talita França (SPPREV). O  
143 Sr. Gustavo Henrique Catisane Diniz (SGCT/AGU) foi categórico ao afirmar que todos  
144 devem estar imbuídos de um compromisso de ser mais receptivo do que atuante, para tanto  
145 é imprescindível mudar de postura, acompanhando todas as ações que entram no Supremo,  
146 isto é, entrou qualquer ação, verificar o teor da matéria, Regime Próprio, Previdenciário, e  
147 comunicar via *whatsApp*, *e-mail*, *outros*. O Sr. Adler Anaximandro de Cruz e Alves  
148 (IPREV/DF) colocou-se a disposição dos Estados para facilitar a interlocução. Não havendo  
149 mais assunto a tratar, o Sr. Narlon Gutierre Nogueira (SPPS/MF) agradeceu a presença de  
150 todos, e encerrou a reunião.